

The image features a central aerial photograph of the town of Dois Lajeados, showing a mix of residential buildings, green spaces, and a winding road. This central image is overlaid on a background of various white line-art icons related to education and science, such as a ruler, pencil, apple, microscope, and trophy. The title text is centered over the town image.

Referencial Curricular Municipal Dois Lajeados

REFERENCIAL CURRICULAR DE DOIS LAJEADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS LAJEADOS

Tiago Grandó
Prefeito Municipal

Fabiana Giacomini
Vice-prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Camila Scalco
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Luciana Conti Grandó
Coordenação Pedagógica

Bruna Cenci Capitani
Coordenação Pedagógica

Claudia Elisabete Zeni Finatto
Agente Administrativa

ESCOLAS DO TERRITÓRIO

Marli Baggio Dalmonde
Direção
Escola Municipal de Ensino Fundamental
Cornelio Mattei

Bruna Cover Geremia
Direção
Escola Municipal de Educação Infantil
Criança Feliz

Mirian Beatriz Pilotto Cenci
Direção
Colégios Estadual Vicente de Carvalho

Escola Municipal de Ensino Fundamental
Construindo o Saber
Em fase autorização de funcionamento

APRESENTAÇÃO

*“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender”
Paulo Freire*

A necessidade de realizar mudanças constantes está cada vez mais presente em nosso cotidiano, porque estamos inseridos numa sociedade contemporânea que carrega notáveis traços de movimentos que mudaram a forma de ver e pensar a Educação. Há de se considerar que é essencial termos excelência na qualidade da Educação, sendo esta, primordial quando pensamos no futuro de nossas crianças e adolescentes.

Considerando a polidez deste assunto, elaboramos este documento nominado como Referencial Curricular Municipal que tem como principal objetivo, apontar caminhos para que o currículo das escolas de nosso território seja vivo e prazeroso, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais e indispensáveis a todas as crianças e adolescentes, dando maior legitimidade para o fazer pedagógico nas escolas, buscando possibilitar o desenvolvimento integral dos estudantes.

Esta nova proposta, contou com o envolvimento e o empenho de todos os professores, as equipes diretivas e de todos os profissionais da educação, que coletivamente, construíram este documento, há de se destacar que são eles que protagonizam e fazem as mudanças acontecerem no dia a dia, favorecendo a construção do conhecimento, num espaço de trocas, onde a Escola é considerada um ambiente para discussões e reflexões.

Este documento abrange todas as competências, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades propostas na BNCC e RCG, além de tratar sobre as especificidades locais nos diferentes níveis e modalidades de ensino. É um documento que contempla a melhoria na aprendizagem do aluno, considerando-o, o centro de todo o estudo.

Acreditamos que a realização de um trabalho de tal dimensão, de forma participativa e corresponsável, reflete a crença no protagonismo de todos os educadores e o desejo de continuar construindo a Educação que almejamos como bem público e direito social.

Agradeço a todas as educadoras e todos os educadores, a todos os colaboradores e colaboradoras pela participação, pelo engajamento e contínuo compromisso com a Educação de nossas crianças e adolescentes. Acredito que juntos construiremos uma Escola democrática, espaço plural, cada dia mais eficiente e eficaz, com foco central na superação das desigualdades e na equidade, essencial para que todos os alunos se desenvolvam, em todas as etapas e modalidades de ensino, inaugurando um novo período para Educação deste território.

Camila Scalco
Secretária de Educação e Cultura

APRESENTAÇÃO

Educar é ter a capacidade de renovar-se constantemente, de reinventar o mundo, de desafiar para a superação de obstáculos, de resignificar e redimensionar a capacidade de agir e interagir com o meio e compartilhar o conhecimento para a vida, tudo isso para buscar algo sublime, *a felicidade!* Dessa forma, o lema do Colégio Estadual Vicente de Carvalho: EDUCAR É VENCER, continuamente nos desafia a buscar o novo, a nos adaptar e evoluir nesta sociedade do conhecimento, a trilhar o caminho em busca do melhor para nossos alunos para que tenham um futuro brilhante. Acredito que só a educação nos dá a condição de sermos cada vez melhores.

Quero imensamente agradecer aos colegas professores desse Educandário pelo apoio, colaboração e seriedade no estudo e na organização deste documento. Faço votos que as orientações curriculares expressas neste documento possam fazer a diferença no processo de ensinar e aprender contemplando a igualdade, a diversidade e a equidade do conhecimento.

Miriam Beatriz Pilotto Cenci
Diretora



DOIS LAJEADOS: IDENTIDADE

O município de Dois Lajeados situa-se na Encosta Superior do Nordeste. Tendo como distância da capital Porto Alegre 179 km. Por sua situação geográfica privilegiada, no entroncamento das Rodovias RS 129 e RS 431, a cidade é elo de ligação de três importantes regiões do Rio Grande do Sul: Serra, Vale do Taquari e Planalto.

O nome de Dois Lajeados é originário da existência de um córrego com duas nascentes, uma a nordeste e outra a sul da sede do Distrito. Ambas receberam o nome de "Lajeado". Os dois braços das nascentes inspiram o nome "Dois Lajeados".

A população de Dois Lajeados é conforme o Censo-2010 de 3.280 habitantes, sendo que 1.717 morando na Zona Rural e 1.563 na Zona urbana, 1.654 homens e 1.626 mulheres.

A formação étnica predominante é de Italianos e Poloneses, presentes também Alemães e Africanos. Com a economia fundamentada no setor agrícola, o município se destaca na avicultura produzindo toneladas de frangos, além da suinocultura no sistema integrado e gado leiteiro.

Na agricultura está em evidência hoje a vitivinicultura, o cultivo do milho, fumo e soja. Além destes produtos temos o cultivo da erva-mate, mirtilo, moranga, laranja e pêssegos.

Dois Lajeados possui um grande potencial turístico, localizado entre vales e montanhas, com paisagens naturais muito bonitas. Destacamos ainda o Belvedere, na RS 129 entre o município e Guaporé, a Ferrovia do Trigo que corta o município com túneis e viadutos. A religiosidade, o amor ao esporte, a educação, a cultura, a música e o folclore são marcas deixadas pelos descendentes de imigrantes e que ainda permanecem vivas no cotidiano da população.



INTRODUÇÃO

A partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e homologação pelo Ministério da Educação – MEC, em 20 de dezembro de 2017, o país definiu o conjunto de aprendizagens essenciais a serem garantidas às crianças e jovens brasileiros inseridos no processo de escolarização na Educação Básica, especialmente, para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental até este momento histórico.

Em 12 de dezembro de 2018 foi aprovado o Referencial Curricular Gaúcho elaborado em Regime de Colaboração, a ser respeitado obrigatoriamente ao longo das etapas, e respectivas modalidades, da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que embasa o currículo das unidades escolares, no território estadual. O documento foi elaborado em regime de colaboração entre a Secretaria Estadual da Educação (Seduc), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e o Sindicato do Ensino Privado no Rio Grande do Sul (Sinepe/RS).

Assim, o Referencial Curricular Municipal deriva do documento nacional (BNCC) e do Referencial Curricular Gaúcho, assim como está em diálogo e consonância com os conceitos, princípios e objetivos expressos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI, 2009). Nesse sentido, o Referencial Curricular Municipal está alinhado ao disposto nos marcos legais: Constituição Federal (1988), LDB (1996), DCNEI (2009), Emenda Constitucional nº 59 (2009), Lei nº 12.796 (2013), Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), Plano Municipal de Educação, além de considerar a diversidade e a especificidade dos aspectos culturais, sociais e históricos que compõem a parte diversificada do currículo deste território.

Partindo de tais referenciais, em 2019 iniciou-se a construção do Referencial Curricular Municipal, mobilizando os Profissionais da Educação, da Rede Municipal e Rede Estadual fortalecendo a proposta de território. Partindo desta proposta, foram promovidos encontros de estudos e reflexões com a participação de professores, gestores escolares, atendentes, monitoras, equipe pedagógica e funcionárias que juntos construíram este documento que tem abrangência municipal, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (CME). Cabe destacar, que o Referencial Curricular Municipal será válido para todo o território municipal a partir de 2020.

A construção do Referencial Curricular resultou de um movimento que envolveu a Secretaria Municipal da Educação, as Escolas da Rede Municipal, Colégio Estadual e o Conselho Municipal de Educação, priorizando o protagonismo docente, a construção colaborativa, a valorização dos saberes e dos sujeitos, a partir do olhar sobre os diferentes contextos.



ESTRUTURA DO DOCUMENTO CURRICULAR MUNICIPAL

O Referencial Curricular Municipal segue a estrutura da BNCC trazendo para a realidade doislajeadense discussões sobre os princípios e direitos basilares dos currículos e suscitando a reflexão sobre a transição entre as etapas da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e entre os anos iniciais. Em seguida, o documento traz as etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental com as discussões pertinentes a cada uma e seus organizadores curriculares, os quais correspondem à estrutura dos conhecimentos que respaldam o trabalho pedagógico.

Na Educação Infantil são aprofundados os conceitos dos seus eixos - interações e brincadeiras - e dos campos de experiências, apresenta os princípios expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2000) articulados aos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos para essa etapa da BNCC. Em seguida, o organizador curricular é apresentado trazendo a inclusão de “saberes e conhecimentos” como elementos que, associados aos campos de experiências, marcam a intencionalidade das práticas docentes e os objetivos estabelecidos pela BNCC e ampliações e/ou complementações. No Ensino Fundamental são apresentados os organizadores curriculares que discorrem sobre os direitos de aprendizagem na introdução de cada componente curricular seguidos de quadros com as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem, por ano de escolaridade.

Considerando o aspecto legal e normativo do Referencial Curricular municipal, o mesmo apresenta caráter obrigatório para a elaboração das Propostas Pedagógicas das escolas da Educação Básica e suas modalidades de Ensino, bem como, assegura os direitos e objetivos de aprendizagem da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em cada ano de estudo.

Desta forma, o Referencial Curricular Municipal tem como princípios orientadores:

- **Educação como Direito inalienável de todos os cidadãos** sendo premissa para o exercício pleno dos direitos humanos;
- **Prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola**, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência extraescolar;
- **Igualdade e Equidade**, no intuito de assegurar os direitos de acesso, inclusão, permanência com qualidade no processo de ensino-aprendizagem, bem como superar as desigualdades existentes no âmbito escolar;
- **Educação Inclusiva**;
- **Compromisso com a Formação Integral**, entendendo esta como fundamental para o desenvolvimento humano;
- **Valorização da Diversidade** compreendendo o estudante em sua singularidade e pluralidade;
- **Transição entre as etapas e fases da Educação Básica**, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes;
- **A resignificação dos Tempos e Espaços da Escola, no intuito de reorganizar o trabalho educativo**;
- **Foco no desenvolvimento de competências**;



PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Educação como Direito inalienável de todos os cidadãos

A Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 a 214 garante a educação como um Direito, instrumento imprescindível para reconhecer a si próprio como sujeito ativo na transformação de seu grupo e do seu meio social. Nessa perspectiva, assegura o acesso à educação como o Direito Humano universal, social inalienável, que possui relação com outros direitos, especialmente os direitos civis e políticos e de caráter subjetivo, sobre os quais a educação é decisiva, uma vez que possibilita o acesso a outros direitos, dentre esses, destacamos o direito ao Meio Ambiente saudável, considerado como um dos direitos fundamentais do ser humano.

Os Direitos Humanos, também, estão assegurados nas DCNEB apontando que os mesmos são resultados da busca pelo “reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos”. (BRASIL, 2013, p. 517).

Assim, reconhecemos o importante papel da escola na construção de ações que assegurem os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento imprescindíveis à formação humana, considerando, também, o papel social da escola como agente de articulação e transformação da realidade social e ambiental.

Assim, o Referencial Curricular Municipal propõe o desenvolvimento integral dos estudantes, dando condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos por meio de diferentes linguagens para agir com determinação, respeitando os princípios éticos, democráticos, inclusivos, estéticos e políticos.

Prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola

Os estudantes que constituem a escola atual são frutos de seu tempo histórico, com um repertório de experiências cotidianas da sociedade contemporânea, expressam a cultura vigente, com rituais, imagens e códigos comunicativos, com sentidos e significados condizentes com a sociedade em que estão inseridos. Isso significa que esses sujeitos também se constroem nas relações sociais que acontecem no ambiente escolar.



Diante disso, atuar no cotidiano das escolas exige ações, pautadas no diálogo, que vislumbram novas relações entre a prática e o direito de aprender, ou seja, práticas não excludentes e discussões democráticas que garantam a participação dos estudantes e das famílias.

Tão importante quanto assegurar o direito à educação dos estudantes, é reconhecer e valorizar sua diversidade, a qual apenas começou a ser vista e percebida com o advento da democratização do acesso à educação, que permitiu a entrada na escola de estudantes com aspectos e características diversas. Sua origem social e étnica, sua orientação sexual, gênero, crenças e interesses devem ser igualmente respeitados para que o acesso à educação seja também permanência e sucesso.

Partindo de tais considerações, buscar-se-á formar alunos pensantes, autônomos, comprometidos, responsáveis, colaborativos, humanitários e respeitosos, participativos, críticos, éticos que compreendam o contexto em que vivem e que respeitem as diversidades

Igualdade, Diversidade e Equidade

No decorrer da história do Brasil as desigualdades educacionais de acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado foram naturalizadas, principalmente ao se tratar dos grupos definidos por raça / etnia, sexo e condição socioeconômica.

Para que esta realidade seja transformada, é importante considerar a escola como espaço em que a igualdade e a equidade possam constituir valores essenciais para a formação dos sujeitos, e por sua vez, apontem elementos para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social.

Diante desse contexto, as DCNEB indicam que as instituições escolares, ao desenvolverem práticas pedagógicas que visem à promoção da equidade, reconheçam que as necessidades dos estudantes são diferentes, empreendendo esforços para cumprir:

...o compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular. (BRASIL, 2013. p. 15).

Nesse âmbito, o Referencial Curricular explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver, e expressa, portanto, “a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também



para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza.” (BRASIL, 2017. p. 15).

Assim, a escola e o município assumem um papel fundamental ao desempenhar a sua função social, política e pedagógica, possibilitando que os estudantes usufruam e exercitem seus direitos civis, humanos e sociais, promovendo a oferta das condições e recursos construídos histórica e culturalmente.

Educação Inclusiva

O acesso à educação é direito da pessoa com deficiência. Nesse aspecto, a inclusão é um processo dinâmico, contínuo e gradativo, buscando assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado. O principal objetivo é alcançar o máximo desenvolvimento de habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo as necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação.

A influência dos debates consolidou os marcos legais que determinaram o direito à educação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, quando o Ministério da Educação (MEC) estabelece a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), apoiada pelo Decreto Federal nº 7611/11 (BRASIL, 2011), formalizando a obrigatoriedade da oferta do atendimento educacional especializado.

Na perspectiva da inclusão educacional e social, a Educação Especial é parte integrante da proposta pedagógica da escola, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 4 /2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

A política municipal busca a igualdade de oportunidades na aprendizagem, através do acesso e permanência dos alunos com deficiências no ensino regular. Assim, o conjunto de orientações que direcionam a elaboração de propostas pedagógicas constantes no Referencial Curricular estão voltadas à superação das desigualdades educacionais e elevando a qualidade do ensino se estendem à Educação Especial.

Compromisso com a Formação Integral

As discussões acerca da formação integral ganharam força em âmbito nacional desde o início do século XX, e na atualidade, evidenciado pela política educacional disposta no Plano Nacional de Educação (PNE). Esta visa ao pleno desenvolvimento dos estudantes, por meio de múltiplas oportunidades de aprendizagem que possam garantir o acesso à cultura, arte, esporte, ciência e tecnologias.



Assim, a formação integral defendida neste Referencial Curricular visa a uma proposta que permite aos estudantes:

[...] atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2017. p. 113).

Dessa forma, a BNCC busca por meio da formação integral a construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens que estejam vinculadas às necessidades, possibilidades e aos interesses dos estudantes, bem como, com os desafios da sociedade contemporânea.

Valorização da Diversidade

É papel da escola garantir os direitos de aprendizagem sobre a diversidade cultural, sócio ambiental, étnico-racial, geracional, territorial, sexual e de identidades de gênero possibilitando aos estudantes compreender a constituição e a dinâmica da sociedade brasileira para exercitar a sua cidadania.

O trabalho pedagógico com os objetos de conhecimentos e objetivos de aprendizagem da diversidade nos currículos da educação básica é respaldado pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08 que alteram a LDB, e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, mais especificamente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, Diretrizes Operacionais Curriculares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, Diretrizes para o Atendimento de Educação Escolar de Crianças e Adolescentes, Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A diversidade faz parte do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade e se expressa nos saberes, valores, princípios, técnicas artísticas, científicas, experiências de sociabilidade e aprendizagem, portanto, é necessário que os currículos e práticas escolares considerem essa concepção de diversidade como um fator de enriquecimento e complementaridade para sociedade.

Transição entre as etapas e fases da Educação Básica, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes

Diante dos direitos de aprendizagens dispostos no texto da Base Nacional Comum Curricular, fica explícito que todos os estudantes



devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Isto posto, a escolarização da infância, ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais, deve ser estabelecida por práticas educativas específicas visando ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças em suas diferentes faixas etárias e processos formativos. Portanto, os tempos e espaços devem ser diferenciados, posicionando os estudantes em lugares distintos.

A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é um momento crucial e complexo na vida das crianças e as instituições de ensino devem constituir ações que minimizem a ruptura que pode ser causada. O primordial é ter como critério que a educação infantil não se ocupa da preparação para a entrada no ensino fundamental, mas que, em cada ação e prática, o movimento seja de atender às especificidades, individualidades e as totalidades das crianças.

Torna-se essencial compreender que a criança advinda da Educação Infantil, com cinco ou seis anos, ainda será criança até os nove ou dez anos de idade. Respeitar essa etapa da vida humana deve ser o objetivo de trabalho dos docentes e gestores de educação com vistas à formação integral. Assim, considerando que a educação infantil tem como finalidade atender as crianças em suas especificidades, o uso das linguagens da infância como a brincadeira, o jogo, o faz de conta, a liberdade de pensamento, deve ser mediada pelo docente do ensino fundamental ampliando ou reelaborando as práticas pedagógicas de forma a serem mais coerentes para e com as crianças.

Assim, se faz necessária uma atenção especial na reflexão e viabilização de práticas pedagógicas que integrem os envolvidos no processo, tendo como elemento indutor uma política educacional articuladora entre as etapas e fases: da creche para pré-escola, da pré-escola para os anos iniciais do ensino fundamental. Esse esforço de ampliação das oportunidades de sucesso do estudante pode possibilitar efetivamente o desenvolvimento integral do estudante.

A resignificação dos Tempos e Espaços da Escola, no intuito de reorganizar o trabalho educativo

Os conceitos de tempo e espaço remontam as construções sociais e históricas da atividade humana. Esses conceitos são absorvidos na cultura escolar e reproduzidos na organização das escolas.

A fragmentação dos tempos de aprendizagem e a organização dos espaços, bem como, os currículos por disciplinas, horários e espaços fixos nas salas de aulas, entre outros aspectos da cultura escolar, são construções sociais que vêm desde a Idade Média, reproduzidas na modernidade, e que balizam a estrutura curricular e as rotinas escolares. A organização do tempo escolar atual tem como matriz regulatória a LDB 9.394/1996 que determina, em seu artigo 24, item I “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo



de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”.

Essa mesma legislação traz os conceitos de pluralidade de concepções pedagógicas, gestão democrática e autonomia de organização curricular, orientando a elaboração e implementação de novas propostas curriculares para as redes de ensino. Abre, portanto, novas possibilidades para a organização do currículo, a partir da reflexão e desconstrução de conceitos historicamente interiorizados.

Nessa perspectiva, o tempo e o espaço escolar são elementos mediadores do processo ensino-aprendizagem que colaboram para o desenvolvimento cognitivo, social, ético, moral, biológico, cultural e pessoal, viabilizando diferentes formas de aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, a escola em face às exigências da contemporaneidade precisa se reconfigurar, criar processos voltados à formação de sujeitos críticos, criativos, participativos, visando à inserção social, política e cultural, organizando os tempos e espaços da escola na busca de promover a participação efetiva dos estudantes nas atividades desenvolvidas, considerando suas singularidades e ampliando suas experiências.

Foco no desenvolvimento de Competências

A Base Nacional Comum Curricular definiu um conjunto de 10 competências gerais que devem ser desenvolvidas de forma integrada aos componentes curriculares, ao longo de toda a educação básica. As competências foram definidas a partir dos direitos éticos, estéticos e políticos assegurados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século 21.

Segundo a BNCC, as competências gerais “explicitam o compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. O objetivo da BNCC é promover o desenvolvimento integral dos estudantes, em suas dimensões cognitiva, social, emocional, cultural e física e, por isso, não constituem um componente em si. Ao contrário: elas devem ser tratadas de forma interdisciplinar e transdisciplinar, capilarizadas por todos os componentes curriculares, as competências da BNCC são:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.



2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, além de produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.



10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Segundo a LDB (Artigos 32 e 35), na educação formal, os resultados das aprendizagens precisam se expressar e se apresentar como sendo a possibilidade de utilizar o conhecimento em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões pertinentes. A esse conhecimento mobilizado, operado e aplicado em situação se dá o nome de competência. Assim, ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído.

Portanto, a Competência de nossos alunos é a expectativa de aprendizagens a serem adquiridas pelos alunos em todas e as áreas de conhecimento até ao final do 9º ano do Ensino Fundamental.



CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM O FAZER PEDAGÓGICO EDUCAÇÃO

Considerando as mudanças históricas, sociais, políticas e econômicas muitas são as concepções de educação que vão se instituindo nas sociedades, implicando em paradigmas educacionais que compõem o vasto território da educação, nas suas mais diversas dimensões. Este documento não pretende realizar nenhum estudo histórico sobre as concepções da educação nas suas mais diferentes correntes teóricas já estudadas.

Interessa aqui pautar a concepção de educação como processos em constante transformação. Em seu sentido mais amplo, compreender o desenvolvimento integral do sujeito (físico, intelectual, emocional, afetivo, social e cultural), em que esses processos formativos no meio social intencionais ou não, sistematizados ou não, institucionalizados ou não permitam as formas de inserção social, envolvendo educação escolar e extraescolar.

A complexidade da sociedade do século XXI impõe outras maneiras de vislumbrar o mundo, exigindo da educação escolarizada outras formas de práticas educativas diárias, no interior das salas de aula, sendo essas efetivas a fim de promover a formação humana na sua integralidade.

Na perspectiva do mundo contemporâneo, o universo simbólico das crianças e adolescentes está também vinculado aos suportes variados (imagens, infográficos, fotografia, sons, música) veiculados através da internet, da TV, da comunicação visual de ambientes públicos, da publicidade, do celular, entre outros. Dessa forma, estabelecer relações como estas às diversas competências e habilidades implica abrir oportunidades para que alunos acessem estes e outros tipos de suportes e veículos, como objetivo de selecionar, organizar e analisar criticamente a informação presente em tais artefatos culturais.

Assim, a educação escolarizada pensada para este documento está pautada no direito de aprender independente do sistema ou rede educacional em que pertencem os alunos/as. Também implica na contextualização e sistematização dos conceitos articulados com processos de aprendizagem organizados de forma interdisciplinar e transdisciplinar; na construção do conhecimento orientado pelo professor em atividades diversificadas com foco no desenvolvimento de competências e habilidades de cada etapa de ensino, vinculando às macro competências da BNCC; e no entendimento do aluno como protagonista do processo educativo.



APRENDIZAGEM

A sala de aula é um local de descobertas, interação social, superação e desafios. E, é também nela que a aprendizagem acontece, envolvendo experiências construídas por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio. Dessa forma, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente.

A aprendizagem se intensifica por meio da participação, mediação e interatividade. No caso da educação escolarizada, os ambientes propícios para aprendizagem precisam ser dimensionados, bem como o papel dos atores e coautores do processo que precisam ser compreendidos como articuladores e mediadores do processo de aprendizagem. A educação escolarizada, entendida como campo de interatividade, contempla tempos e espaços novos, diálogo problematização e produção própria dos educandos.

Nesse sentido, mediar significa intervir e promover mudanças. Como mediador, o docente passa a ser comunicador, colaborador e exerce a criatividade do seu papel de coautor do processo de aprender dos alunos. A aprendizagem escolar também é considerada um processo natural, que resulta de uma complexa atividade mental, na qual o pensamento, a percepção, as emoções, a memória, a motricidade e os conhecimentos prévios estão envolvidos e onde a criança deva sentir o prazer em aprender.

Pautar sobre aprendizagem escolar, neste documento, implica que este conceito está diretamente vinculado à construção curricular organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e as ações pedagógicas. O Referencial Curricular associa-se à identidade da instituição escolar, à sua organização e funcionamento e ao papel que exercer a partir das aspirações e expectativas da sociedade e da cultura em que se insere. São nos documentos escolares que se instituem a experiência, bem como a planificação no âmbito da escola, colocada à disposição dos alunos visando potencializar o seu desenvolvimento integral, a sua aprendizagem e a capacidade de conviver de forma produtiva e construtiva na sociedade. Nessa concepção, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las, definindo suas finalidades.

Tudo isso tem espaço no projeto pedagógico da escola, como ponto de referência para definir a prática escolar e promover aprendizagem, orientando e operacionalizando o currículo no contexto local, a fim de promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, considerando-se os seguintes aspectos já defendidos por especialistas na área educacional: a atitude da escola para diversificar e flexibilizar o processo de aprendizagem, dando atenção às diferenças individuais dos alunos; a identificação das necessidades educacionais, priorizando meios favoráveis à sua educação; a consideração dos documentos referências sobre currículo, abrindo possibilidades de propostas curriculares diversificadas e flexíveis; a possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros, não convencionais, para favorecer o processo educacional.



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE SUJEITOS NO CONTEXTO ESCOLAR

É incontestável a incessante transformação do mundo, sob o signo da globalização e de outros modos de acesso e compartilhamento de informações, impactando diretamente nas relações estabelecidas entre os interesses e necessidades dos alunos e nos recursos didáticos e metodológicos utilizados para a aquisição dos saberes, conhecimentos e valores que serão construídos nos espaços escolares.

Por essa razão, se faz necessária a promoção um ensino que concentre suas ações na busca de uma aprendizagem significativa, atentando para as diferentes experiências de vida de cada um, compreendendo que estas diferenças podem estar ligadas a uma série de fatores, tais como: classe social, gênero, relações étnico-raciais, sexualidade, religiosidade, faixa etária, linguagem, origem geográfica, etc.

A diversidade cultural e identitária e os significados da escola para quem a compõe traz uma grande complexidade dos processos de ensino e aprendizagem e nas interações que ali se estabelecem. A escola terá diferentes significados, funções e representações para estes sujeitos: local de sociabilização, de troca de experiências, de aprendizagem e formação de cidadania, entre tantos outros.

Deste modo, a Escola pode ser compreendida como um “entre-lugares”, localizando-se entre a família e a sociedade, contribuindo na subjetivação da construção de aspectos afetivos, éticos e sociais, individuais e grupais, ensinando, portanto, modos de ser e estar na vida e na sociedade. Necessário ressaltar que o desenvolvimento de aspectos cognitivos, biológicos, psíquicos, sexuais e sociais, que fazem parte das etapas do Ciclo Vital, ocorrem na interação com estes espaços.

Portanto, vale ressaltar a importância da utilização dos dispositivos legais que norteiam e servem como parâmetros balizadores para garantir os direitos dos sujeitos que experienciam as vivências escolares, entre eles, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e a Constituição Federal, documentos estes sintonizados na promoção da oferta do Acesso e Permanência universal a um modelo de Educação Pública Laica, Gratuita e de Qualidade, pois trata-se de um direito humano fundamental, devendo ainda ser compreendido, enquanto um dever compartilhado entre a família, a sociedade e o Estado, consagrando-se portanto como uma ferramenta para a promoção de igualdade e da cidadania.



CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

❖ Categorias da Ação Pedagógica: Tempo, Espaço, Materiais, Organização de grupo e Intervenção do professor

As DCNEI (2010) e a BNCC (2017) indicam que as interações e as brincadeiras devem estar no centro das práticas educativas desenvolvidas nas escolas da infância, o que significa considerar e valorizar as ações dos bebês e das crianças bem pequenas e pequenas e articulá-las às propostas planejadas pelo professor. Entende-se que a aprendizagem se dá pela experiência e não pela transmissão de informação.

Organizar as experiências que acontecem no cotidiano da escola é responsabilidade do professor, mediante um planejamento elaborado a partir de quatro componentes: tempo, espaço, materiais e grupo. Esses elementos, assim como o tipo de intervenção do professor, podem ser considerados como as grandes categorias da Pedagogia da Infância. Tal maneira de considerar o planejamento docente favorece que se desenvolvam propostas menos fragmentadas e condições mais orgânicas e concretas para as crianças viverem suas infâncias na coletividade e terem seu direito de aprender garantido.

O planejamento consiste em organizar as condições que promovam as aprendizagens das crianças e uma possibilidade de organizar tais condições é considerar as duas modalidades coincidentes de planejar: o contexto e a sessão.

Planejar o contexto significa fazer um esboço mais amplo sobre a gestão do tempo, sobre a organização dos espaços, sobre a oferta dos materiais e sobre os arranjos dos grupos, criando ambientes satisfatórios para que as atividades cotidianas sejam percebidas como ocasiões privilegiadas em que as crianças estabelecem relações diretas com os adultos e aprendem conteúdos importantes para a construção da sua autonomia e do seu bem-estar.

O tempo, o espaço e os materiais são planejados pelo professor, que possui razões claras para a escolha e a organização dos mesmos. Nesse sentido, o papel do professor é o de ser mediador, oportunizando momentos significativos de experiências e de aprendizagens. O professor intervém nas experiências e situações vividas pelas crianças ao organizar os espaços, definir os tempos, dispor os materiais e eleger o grupo de crianças que estarão envolvidas nas narrativas, mediando encontros, descobertas e aprendizagens.



É pela brincadeira que as crianças se relacionam umas com as outras, elaboram hipóteses para as questões que lhe são importantes, criam e participam de situações reais e imaginárias, investigam o mundo, aprendem, etc. A brincadeira, por excelência, é a linguagem das crianças e é na ação de brincar que as crianças mostram em que estão interessadas. Ao observar de maneira interessada e sensível a brincadeira das crianças, o professor terá elementos para planejar sua intervenção, organizando ambientes e condições para garantir e ampliar a brincadeira e as aprendizagens das crianças.

Por isso, o professor precisa estar convencido e ter conhecimento de que a brincadeira é fundamental na construção das identidades e do pensamento das crianças, portanto, eixo estruturante de todas as práticas pedagógicas e do currículo da Educação Infantil (DCNEI 2010). Na brincadeira, as crianças exploram as possibilidades e limites de seu próprio corpo através dos movimentos e experimentam objetos e materiais, conhecendo-os, comparando-os e organizando-os. Este é o princípio da aprendizagem pela investigação, pela pesquisa e pela experiência, e é experimentando os materiais e os espaços, em relação com seus pares e com os adultos, que os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas descobrem e aprendem. Portanto, a oferta diversificada de materiais, objetos e brinquedos estruturados e não estruturados, confeccionados com materiais artificiais e naturais, que ofereçam aos bebês e às crianças bem pequenas e pequenas a possibilidade de conhecer a materialidade real dos objetos (como peso, cor, textura, gosto, temperatura, cheiro) são um aspecto importante do planejamento do professor.

É imprescindível garantir o desemparedamento da infância, organizando as condições para que, diariamente e por um tempo amplo, os bebês e as crianças bem pequenas e pequenas possam brincar ao ar livre, em contato com a natureza e com elementos como terra, água, pedras, areia, plantas, pequenos animais. Ao brincarem nos pátios, as crianças vivem experiências com as mais diversas linguagens - oral, social, corporal, entre outras - construindo aprendizagens complexas e de cuidado e admiração em relação à natureza. Planejar pátios ricos de possibilidades, que instiguem a curiosidade, estimulem a convivência, a brincadeira e o movimento, proporcionem a exploração dos sentidos e da observação, com elementos e recantos variados, compõe a proposta pedagógica da escola e o planejamento do professor.

A organização do tempo é outro aspecto fundamental do planejamento docente. Todos os dias, os bebês e as crianças bem pequenas e pequenas passam importantes períodos de tempo na escola, em que vivem atividades cotidianas que deixam marcas temporais. Além disso, as atividades que são realizadas diariamente como alimentar-se, vestir-se, limpar-se, dormir ou repousar podem significar situações em que as



crianças se relacionam diretamente com os adultos e constroem aprendizagens para a constituição de sua autonomia e bem-estar. Respeitar o tempo das crianças e acolher sua participação nestes momentos é essencial.

Ainda é muito importante que sejam oferecidas aos bebês e às crianças bem pequenas e pequenas múltiplas possibilidades de se relacionar e brincar com as diferentes linguagens verbais e não-verbais, relacionando aos conhecimentos que já possuem os conhecimentos dos diferentes campos de experiências. Por isso, organizações curriculares que não consideram a integralidade do desenvolvimento das crianças, desvinculadas da realidade cultural e social nas quais as crianças estão inseridas ou ainda preparatórias e mecânicas não devem compor o currículo da Educação Infantil. Tais práticas educacionais, como as que se organizam a partir de áreas de conhecimento compartimentadas, datas comemorativas descontextualizadas, rotinas padronizadas, não consideram a complexidade das ações e interações presentes no cotidiano da escola da infância. Ao planejar as ações metodológicas, é preciso sempre ter em conta e refletir sobre as concepções de educação, conhecimento, infâncias e crianças, para reorientar as escolhas realizadas.

As práticas pedagógicas que consideram os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas como sujeitos de sua aprendizagem e desenvolvimento, fundamentam-se na escuta e na observação sensível e interessada do professor, cujos registros sustentam a reflexão sobre as próprias práticas e as retroalimentam, conferindo intencionalidade às propostas. Dessa maneira, os bebês e as crianças terão assegurados seus direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, expressos nas DCNEI e na BNCC.

❖ **Os processos de acolhimento e transição (ões) de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas**

Na Educação Infantil, há diferentes transições a serem consideradas, como os processos transitórios de casa para instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição Creche/Pré-escola e transição Pré-escola/Ensino Fundamental. Considerar o ingresso de bebês e crianças na Educação Infantil demanda um processo de acolhimento e adaptação que envolve as próprias crianças, as famílias e os profissionais da escola. Assim como deve prever ações de transição e acolhimento para a entrada no Ensino Fundamental.

A adaptação escolar ocorre sempre que a criança se depara com uma nova etapa ou um novo ambiente educativo, podendo ser em relação a mudança de escola, de turma, de professor referência ou mesmo entre os diferentes momentos da jornada diária. Na Educação Infantil, o novo por vezes gera insegurança, visto que os bebês e as crianças, que vivem exclusivamente em seus contextos familiares, deparam-se com



a diversidade presente em um ambiente coletivo, com um funcionamento diferente do habitual em seus lares, passando a participar de atividades incomuns ao seu cotidiano e a conviver com adultos e crianças inicialmente estranhos.

Entende-se então, que a adaptação é considerada como um momento de transição, tendo em vista que de maneira gradativa, a criança vai criando vínculos com professores e outros adultos, com outras crianças e com o meio. Esse período demanda sensibilidade e olhar atento do professor e demais profissionais da instituição, de modo que as necessidades das crianças sejam atendidas.

A adaptação na Educação Infantil precisa ser compreendida na perspectiva do acolhimento como um método para o trabalho educativo. A organização do ambiente precisa ser pensada para acolher e motivar as aprendizagens das crianças; as rotinas e as jornadas diárias precisam acolher as experiências dos bebês e das crianças, dando-lhes o tempo necessário para brincar e explorar; o período de adaptação ou ambientação precisa acolher as crianças e suas famílias e levar em conta as emoções que surgem no período de ambientação e depois dele.

Não há contradição entre acolhimento e ação educativa, pois, acolher significa valorizar as manifestações das crianças e reconhecê-las como experiências reais, capazes de levá-las à construção de aprendizagens e de vínculos significativos.

Um dos elementos facilitadores para esse processo de adaptação são as propostas educativas, que, geralmente, priorizam uma organização peculiar dos espaços, dos tempos e da própria rotina cotidiana, ou seja, o ambiente, compreendido numa dimensão que abrange tanto os espaços físicos quanto as relações que neles se estabelecem.

Assim compreendidos, os ambientes precisam ser planejados para acolher as atividades lúdicas, para proteger as crianças, para oportunizar que realizem ações com autonomia, fazendo surgir situações interessantes, relações que permitem bem-estar, contextos que promovam a riqueza da brincadeira e a construção de vínculos entre as crianças e o professor.

O processo de transição das crianças que passam da Educação Infantil para o Ensino Fundamental não se restringe a uma simples transferência de ritos e propostas da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental, pois existem especificidades a serem consideradas em cada etapa.

É necessário refletir sobre um currículo voltado para a integração e a continuidade dos processos de aprendizagem das crianças entre as etapas, tendo como ênfase o acolhimento afetivo e a continuidade das aprendizagens realizadas pelas crianças na Educação Infantil, sem adotar



práticas preparatórias ou antecipar processos de aprendizagem específicos da etapa seguinte, mas garantir as especificidades de cada momento do percurso educativo das crianças.

As DCNEB reafirmam que:

Art. 11. Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (DCNEB, 2013, p. 100).

Ao planejar a inserção das crianças no Ensino Fundamental, é preciso conhecer a trajetória educativa realizada na Educação Infantil, buscando informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que documentem e evidenciem o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças, bem como organizar visitas, compartilhar materiais e diálogos entre os professores das duas etapas, buscando evitar a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Envolver diretamente as crianças e o contexto familiar em ações de transição como visitas, reuniões, conversas, entrevistas, entre outras, são estratégias de acolhimento e adaptação que apoiarão as crianças a superarem os desafios da transição.

A BNCC afirma a necessidade de que as propostas pedagógicas garantam os direitos das crianças, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental. A infância não se encerra quando as crianças completam 6 anos e ingressam na etapa seguinte, mas continua ao longo dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, tanto a BNCC quanto o Referencial Curricular Gaúcho apresentam uma síntese das aprendizagens que são esperadas em cada campo de experiência, ao longo de toda a Educação Infantil, como um elemento balizador e indicativo para o planejamento das ações educativas desenvolvidas na escola da infância, a serem ampliadas e aprofundadas no Ensino Fundamental, jamais sendo utilizada como requisitos para o acesso ao Ensino Fundamental.



❖ Contexto familiar

As pessoas que representam o contexto familiar das crianças precisam garantir a educação e o cuidado (material, cognitivo e afetivo), referência na construção das primeiras formas de significar o mundo e dos primeiros conhecimentos e saberes, que seguirão com elas ao longo da vida. A escola precisa buscar o estabelecimento de vínculos de confiança, compartilhando valores e procedimentos de educação e cuidado para uma ação de complementaridade educativa.

Existem muitas e diversas formas de configurações familiares e além dos pais, outros adultos podem ser responsáveis e importantes na vida das crianças, como os avós, tios, padrinhos, irmãos mais velhos e são referências de afeto e de pertencimento para as crianças. Por isso, reconhecer e acolher as diferentes organizações familiares e estabelecer vínculos é essencial.

Na Educação Infantil, a relação com o contexto familiar tem início antes mesmo da chegada das crianças à escola, desde o primeiro momento em que as famílias procuram a escola com a demanda do atendimento de seus filhos. A maneira como a escola acolhe e recebe as famílias desde o começo revela as concepções de criança, educação, infância, aprendizagem e desenvolvimento que fundamentam o trabalho educativo, assim como apresenta e valoriza a escola na comunidade.

Essas concepções se efetivam em ações pautadas pelo diálogo, pela escuta, pelo compartilhamento, pela atenção às emoções e sentimentos das famílias e pelo respeito ao ponto de vista do outro.

As DCNEB (2013) apontam a necessidade de um atendimento aos direitos da criança na sua integralidade, o que requer das instituições, na organização de sua proposta pedagógica e curricular, assegurar espaços e tempos para a participação, o diálogo e a escuta das famílias, bem como o respeito e a valorização das diferentes culturas e formas em que elas se organizam.

Com o objetivo de enriquecer as experiências cotidianas das crianças, é preciso planejar ações e projetos educacionais de integração e de participação das famílias na instituição. Essa parceria promove vínculos que favorecem um clima de respeito mútuo, confiabilidade e trabalho colaborativo, fundamental para o sucesso da educação das crianças.

Pais ou responsáveis e educadores necessitam ser grandes parceiros na caminhada de formação integral das crianças. A valorização da participação e da diversidade cultural das famílias também promove a construção de relações positivas de pertencimento e identidade e qualifica a proposta pedagógica, articulando os dois contextos de desenvolvimento das crianças – escola e família.



❖ A avaliação na e da educação infantil

A avaliação, como importante instrumento de reflexão e de (re) orientação das práticas pedagógicas, precisa ser pensada nas duas dimensões que a compõem: a avaliação na Educação Infantil e a avaliação da Educação Infantil.

A avaliação na Educação Infantil toma como foco do processo avaliativo as próprias crianças, a partir da concepção de que avaliar é acompanhar e registrar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças nos contextos nos quais elas estão inseridas, a partir de um olhar teórico-reflexivo sobre as manifestações sucessivas e gradativas das crianças, respeitando suas individualidades.

A avaliação nessa etapa tem como foco as próprias instituições e as práticas educativas que ali se realizam, em busca da melhoria da qualidade dos serviços ofertados às crianças e às suas famílias nesses contextos. Conforme as DCNEB (2013), a avaliação é um importante instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças.

A LDBEN (1996), no Art. 31, preconiza que: “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”. Nessa perspectiva, a avaliação na Educação Infantil não assume o fim de seleção ou de classificação ou ainda de comparação entre as crianças. A avaliação será sempre da criança em relação a ela mesma e não comparativamente com as outras crianças. Cabe ressaltar que práticas de verificação da aprendizagem, tais como diagnósticos, perfis de entrada e saída e provinhas para as crianças na Educação Infantil são inapropriadas e não devem compor a avaliação nessa etapa educativa.

Portanto, na Educação Infantil, a avaliação se efetiva pela necessidade de se criar procedimentos de acompanhamento e registro das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças, conforme estabelecido nas DCNEI (2009), de modo a garantir:

- I – a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- II – utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- III – a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);



IV – documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V – a não retenção das crianças na Educação Infantil.

Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo, sendo constitutivos da ação educativa. O processo avaliativo precisa buscar a articulação com as famílias e assegurar “documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança”. (DCNEI 2009), a fim de que as famílias acompanhem e participem dos processos educativos das crianças junto aos educadores, realizando trocas e apontando caminhos para novas estratégias e ações.

Por isso, observar, registrar e refletir são condições importantes para qualificar a avaliação. A observação das crianças pelo professor precisa ser atenta, curiosa e investigativa, evidenciando os modos concretos e singulares com que elas se expressam, se relacionam, brincam, aprendem, agem.

O processo avaliativo através da documentação pedagógica, observa, narra, interpreta, reflete e comunica os processos educativos que se desenvolvem na escola e que respeita, valoriza e confia nas crianças. A documentação pedagógica proporciona um diálogo entre a escola, os adultos, o contexto familiar e a comunidade, apoia a vida das crianças na escola e cria memórias da vida individual de cada criança e do grupo de crianças; constitui material pedagógico para a reflexão sobre o processo educativo, como base para a discussão, ressignificação e avaliação de práticas.

Não é possível avaliar apenas a aprendizagem, sem considerar o contexto que se criou para que a aprendizagem acontecesse. Ao se observar e registrar os processos educativos das crianças, observa-se na mesma medida a oferta educacional.

A avaliação precisa buscar elementos tanto para a elaboração de relatórios e pareceres avaliativos das crianças como para repensar o fazer educativo do professor e da instituição. As formas e instrumentos de registro podem ser os mais variados e o fundamental é que permitam captar a singularidade de cada criança na relação com as experiências vividas, com outras crianças e com os educadores.

A avaliação da Educação Infantil está aliada ao planejamento e constitui uma oportunidade às instituições reverem suas práticas e buscarem avanços em sua proposta pedagógica. Nesse sentido, a avaliação da realidade educativa que é oferecida às crianças e ao contexto



familiar possibilita o aperfeiçoamento de todos, destacando os acertos e as dificuldades para buscar mudanças e formas mais adequadas de realização do trabalho.

A avaliação deverá sempre acompanhar o processo educativo, com caráter processual e não classificatório. É fundamental não se perder de vista os dois focos da avaliação na Educação Infantil: a instituição e seu trabalho pedagógico planejado e realizado, assim como os processos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Somente na articulação entre os dois focos que se constroem processos avaliativos mais contextualizados e se efetiva o aprimoramento do trabalho educativo.

Portanto, implementar a avaliação na e da Educação Infantil em sintonia com a legislação e as concepções de crianças e infâncias que tais documentos expressam, revela a sensibilidade e a responsabilidade do professor com o percurso educativo de cada criança e com seus direitos e, ainda, com a valorização da própria profissão e com a proposta educativa da instituição em que atua, assim, possibilitando avaliação na e da Educação Infantil, como processo que possibilite aprendizagens significativas para as crianças.

❖ **Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências**

Na Educação Infantil, as interações e a brincadeira compõem o eixo estruturante das propostas pedagógicas, assegurando às crianças os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Os seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento, de acordo com a BNCC, “asseguram as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural”. (BNCC, 2017, p. 35). Os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento fundamentam-se nos princípios éticos, políticos e estéticos estabelecidos pelas DCNEI, que orientam as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil de todo o país. São eles:

- **CONVIVER** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

- **BRINCAR** de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos) de forma a ampliar e diversificar suas possibilidades de acesso a produções culturais. A participação e as transformações introduzidas pelas crianças nas brincadeiras devem ser valorizadas, tendo em vista o estímulo ao desenvolvimento de seus conhecimentos, sua imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.



- **PARTICIPAR** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- **EXPLORAR** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

- **EXPRESSAR**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

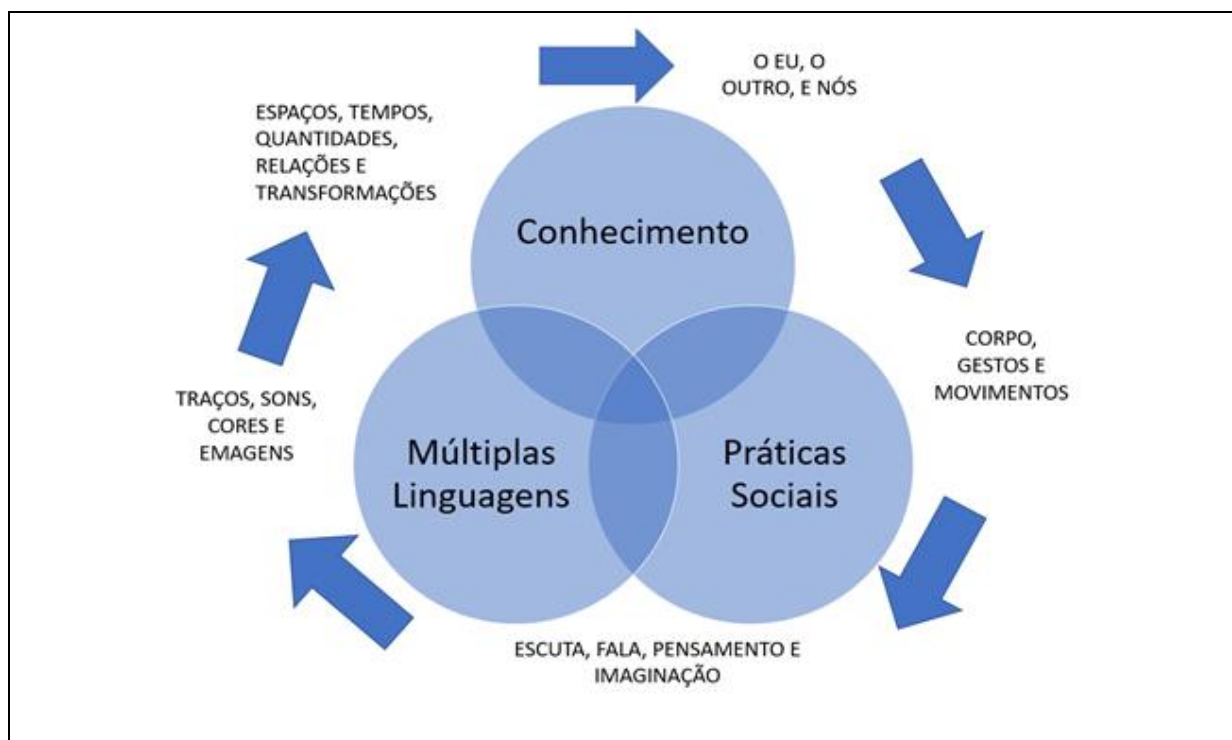
- **CONHECER-SE** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

A concepção de uma criança ativa e capaz, com direitos e desejos, sujeito que observa, questiona, levanta hipóteses, constrói e se apropria de conhecimentos por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social, convoca a refletir e a modificar as formas tradicionais de planejar e desenvolver as práticas pedagógicas, diferenciando-se da estrutura baseada em áreas do conhecimento, mais familiar aos currículos efetivados no Ensino Fundamental e Médio.

A BNCC propõe que nos Campos de Experiências as crianças tenham garantidos os seis direitos mediadores de significativas aprendizagens. Os direitos são retomados em cada Campo de Experiências e são a referência para a elaboração de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e para o planejamento do professor.



A estruturação curricular da Educação Infantil está organizada em cinco Campos de Experiências, conforme proposto na BNCC (2017). Os Campos de Experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e experiências concretas de vida das crianças e seus saberes, os diversos contextos das culturas locais e regionais e articula-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio que a humanidade produziu. Na ideia dos Campos de Experiências, reside a articulação das dimensões do conhecimento, das práticas sociais e das múltiplas linguagens.



Fonte: BNCC/2017



Assim, a organização curricular por Campos de Experiências é fundamentada em uma concepção de criança que age, cria, produz sentidos sobre si e sobre o mundo e aprende nas relações e experiências que vive, de maneira integrada. Portanto, os campos de experiências, subvertem a lógica disciplinar de estruturar o conhecimento, centrando-se na produção de saberes das crianças que são sustentados pelas relações, interações. Daí a importância de práticas educativas que valorizam experiências concretas da vida cotidiana.

A partir dessas recomendações, é preciso considerar que a aprendizagem tem, como ponto de partida, o que a criança já sabe e o que ela é capaz de fazer. O conceito de experiência reconhece que a imersão das crianças em práticas sociais e culturais criativas e interativas promove significativas aprendizagens criando momentos plenos de afetividade e descobertas. A presença de um professor sensível e atento é fundamental para que as crianças vivam experiências mediadoras de valiosas aprendizagens em que expressem seus desejos e descobertas pelo corpo, gestos e palavras. Cabe ao professor proporcionar experiências ricas, desafiadoras e variadas que possibilitem a cada criança desenvolver seu próprio percurso educativo, que é único e fruto de uma variedade de experiências que as crianças vivenciam na escola. Isso significa que cada criança tem um potencial de desenvolvimento sobre o qual o professor deve atuar.

A organização curricular por Campos de Experiências propõe que as ações pedagógicas sejam desenvolvidas a partir de uma escuta atenta sobre as crianças, colocando em relação os saberes das crianças e os saberes dos professores, por meio de uma pedagogia relacional, em que o conhecimento é construído na interação entre as crianças, com os adultos e com o mundo.

Nesse sentido, as ações planejadas pelo professor devem ser marcadas pela intencionalidade educativa na organização de experiências que permitam às crianças articular e conhecer a si, o outro, a natureza, a cultura e a produção científica por meio das interações e brincadeiras (BRASIL, 2017).

Pensar um currículo organizado por Campos de Experiências é compreender que esses campos articulam-se entre si, que não há uma fragmentação ou divisão disciplinar entre os Campos, é reconhecer que as crianças têm em si o desejo de aprender e que o papel do adulto passa por desconstruir algumas práticas tradicionais e enrijecidas e construir novas práticas que estimulem as crianças a dar significado aos diferentes contextos de interação e que possam representar, em suas brincadeiras, diferentes fatos de suas vivências. Em outras palavras, os Campos de Experiências expressam a forma interdisciplinar que os conhecimentos são produzidos.



Os Campos de Experiências podem subsidiar as práticas das crianças isoladamente ou reunindo os objetivos de um ou mais Campos, e envolvem todos os momentos da jornada das crianças na Educação Infantil, incluindo o acolhimento inicial, o momento das refeições, a participação delas no planejamento das atividades, as festividades e encontros com as famílias, as atividades de expressão, investigação, as brincadeiras, realizadas ao longo da jornada diária e semanal das crianças. Assim, os referidos Campos não são trabalhados apenas em um dia marcado da semana, nem há expectativa de haver uma aula de 45 minutos para o trabalho com um campo em cada dia, ou para que determinado bimestre do ano letivo seja dedicado apenas a um campo.

Em conformidade com a BNCC (2017), são cinco os Campos de Experiências para os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas:

- **O Eu, o Outro e o Nós;**
- **Corpo, Gestos e Movimentos;**
- **Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação;**
- **Traços, Sons, Cores e Formas;**
- **Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.**

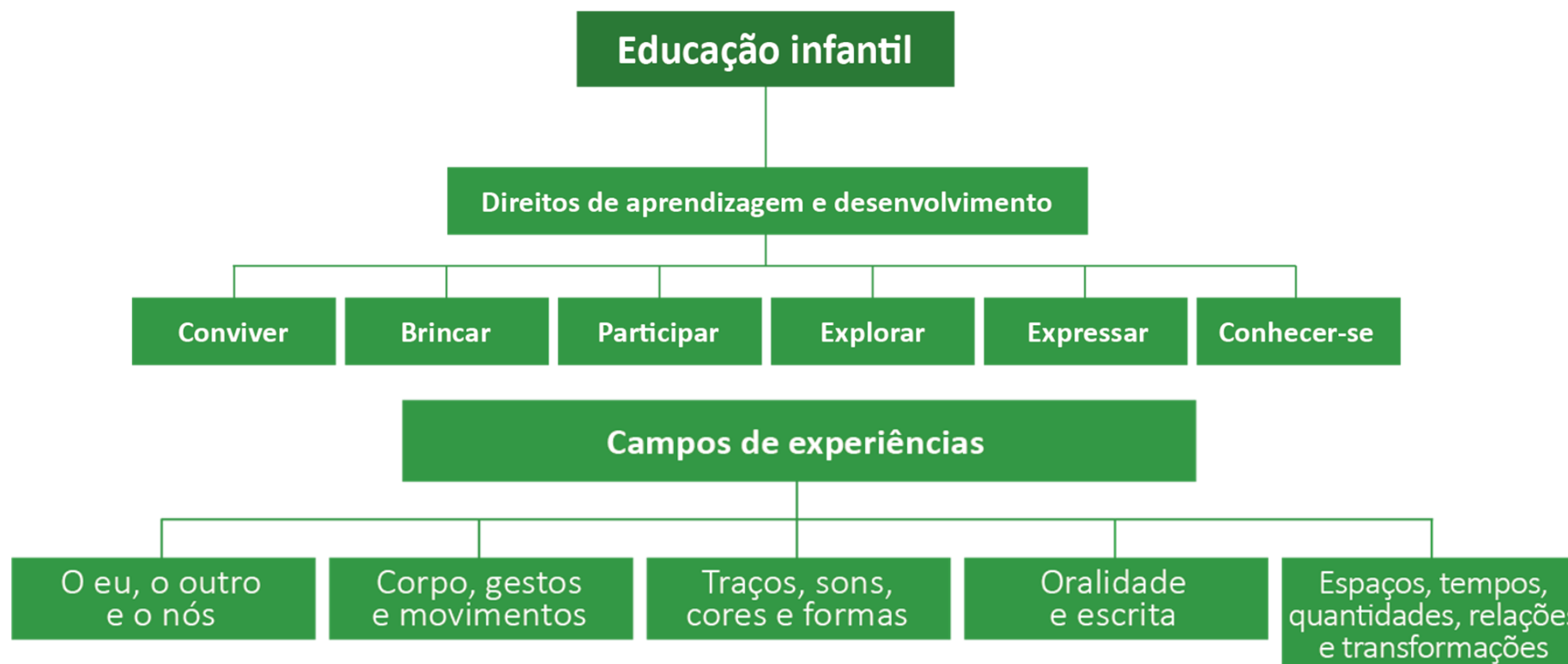
Além de assegurados os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e a organização curricular por Campos de Experiências, reconhece-se que cada faixa etária possui especificidades quanto às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças. É importante destacar que os grupos etários estabelecidos na BNCC (2017) não devem ser considerados de forma rígida, pois as crianças se desenvolvem e aprendem de acordo com ritmos próprios que precisam ser observados nas práticas pedagógicas. Assim, a BNCC define três grupos etários, a partir dos quais constituem-se os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. São eles:

Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propostos para cada grupo etário são apresentados nos Campos de Experiências, como subsídios para o planejamento das práticas pedagógicas. Os parâmetros para a organização dos grupos têm como referência a faixa etária e a proposta pedagógica das instituições, observada a legislação vigente.



O Referencial Curricular da Educação Infantil organiza-se de acordo com a BNCC, em que cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento aparece identificado por um código alfanumérico, acrescido do código do objetivo do território gaúcho, com a seguinte composição:

É importante destacar que os Campos de Experiências não são lineares, ou seja, não obedecem a uma ordem de prioridades, mas articulam-se entre si. Ao realizar a leitura dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, o professor deve atentar para o contínuo das aprendizagens no grupo etário (progressão vertical) e entre os grupos etários (progressão horizontal), preocupando-se com a inter-relação entre os campos, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.



FONTE: Base Nacional Comum Curricular, 2017, p. 42



PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO DOCUMENTO ENSINO FUNDAMENTAL

“O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade” (SILVA, 2002).

Neste documento estão sistematizadas orientações curriculares para serem desenvolvidas no Ensino Fundamental das redes municipal e estadual de educação do município de Dois Lajeados com o objetivo de garantir um processo de ensino e aprendizagem voltado ao contexto social dos alunos e de sua cidade. Documento esse, construído com embasamento legal, partindo das habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular Gaúcho.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Este documento foi construído a partir da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e Plano Nacional de Educação, cujos fundamentos pedagógicos consistem no desenvolvimento de competências e no compromisso com a educação integral.

Com base neste documento e em regime de colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME/RS) e o Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS), foi construído o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), homologado em 12 de Dezembro de 2018 pelo Conselho Estadual de Educação (CEED) e pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) sendo este, o documento norteador dos currículos das escolas gaúchas a partir de 2019, servindo de referência para o trabalho do professor e sinalizando uma grande mudança na prática pedagógica, buscando-se efetivar uma educação de qualidade para todos.

A partir das Competências Gerais, a BNCC propõe competências específicas que permeiam todas as áreas de conhecimento. Os objetos de conhecimentos permitem o trabalho efetivo e articulado das habilidades expressas neste documento.



Todo esse aparato de informações e construções coletivas, foram analisadas e estudadas pelos educadores das redes municipal e estadual de Educação do território de Dois Lajeados, que em parceria, construiu-se o Referencial Curricular Municipal, considerando as especificidades do território e a trajetória pedagógica, referendada nos projetos político pedagógicos das redes de ensino, a fim de garantir igualdade e o direito de aprendizagem de todos os alunos. Para tanto, a metodologia a ser desenvolvida precisa significar os conteúdos, priorizando a contextualização dos conhecimentos nas mais diversas áreas.

Buscamos construir esse documento com suporte na legislação vigente e pensando em nossos discentes, com muitos sonhos, cheios de energia, com vontade de aprender e crescer. Sabemos que a curiosidade perpassa suas vidas e a escola é lugar de prazer, de brincar, de interagir e de conhecimento. Tendo nesse processo o apoio dos professores com grande comprometimento e responsabilidade com seu trabalho dentro de sua área de atuação, estando abertos a mudanças, ao estudo, a colaboração com o andamento da escola. Formando um grupo que tem propósitos solidificados numa Educação de qualidade, sempre tendo como maior objetivo o crescimento e o atendimento do aluno.

O Referencial Curricular Municipal baseado na proposta da BNCC para os Anos Iniciais prevê uma aprendizagem com enfoque na Alfabetização utilizando a ludicidade como ferramenta pedagógica, nas novas possibilidades de leitura de mundo e estabelecendo relações com o meio, valorizando também o conhecimento do aluno como sujeito ativo e investigativo, que o envolva nos mais diferentes espaços e que o resultado obtido dessa educação seja as interações entre as estruturas mentais e o meio, sendo o conhecimento construído e reconstruído, constantemente dentro de uma perspectiva pós-moderna.

Dessa maneira, o currículo engendra o espaço central em que todos atuamos, nos mais diferentes níveis do processo educacional, afirmamos assim, que é através do mesmo que as “coisas” acontecem na escola. Nesse processo é imprescindível o papel do professor como articulador para inclusão de um currículo de conhecimentos relevantes e significativos para o educando, rompendo com a lógica do conteúdo isolado, ou seja, interlocução de saberes em detrimento dos conhecimentos fragmentados; aproximação na apropriação dos conhecimentos pelos professores e alunos; e intensidade das aproximações dos conhecimentos num mesmo projeto.

O Referencial Curricular Municipal do Ensino Fundamental Anos Finais construído pela Direção e Professores do Colégio Estadual Vicente de Carvalho, após muito estudo, análise, discussões por áreas do Conhecimento e trocas de opiniões entre todos os educadores acerca da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular Gaúcho, reverenciando o Projeto Político Pedagógico do Educandário.



PRINCIPIOS PEDAGÓGICOS

❖ CURRÍCULO

As discussões sobre o currículo têm incorporado questões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que constituem o cenário em que os conhecimentos circulam, sobre as transformações que efetuam nos alunos, sobre os valores que inculcam e as identidades que constroem. Tais discussões são fortemente marcadas por questões pertinentes ao conhecimento, verdade, poder e identidade.

As reflexões sobre o currículo são muito amplas e por uma questão de delimitação teórica, faremos um recorte e assumiremos neste texto, o currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades dos alunos. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. Por esse motivo, a palavra tem sido usada para todo e qualquer espaço organizado para afetar e educar pessoas, o que explica o uso de expressões como o currículo da mídia, o currículo da prisão, etc. Nós, contudo, estamos empregando a palavra currículo apenas para nos referirmos às atividades organizadas por instituições escolares. Ou seja, para nos referirmos à escola.

Pode-se afirmar que é através do currículo que as “coisas” acontecem na escola. No currículo se sistematizam nossos esforços pedagógicos. O currículo, em outras palavras, engendra o espaço central em que todos atuamos, nos diferentes níveis do processo educacional, conferindo-nos autoria na sua elaboração. O papel do professor neste processo de constituição curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Dessa forma, sinaliza a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo que não tem visibilidade, oculto, porém presente. E, como profissionais da educação, temos o compromisso de participar crítica e criativamente na elaboração de currículos mais atraentes, mais democráticos, mais fecundos.

Nesse sentido, cabe deslocar a discussão entre as relações, currículo e conhecimento escolar para as relações entre currículo e cultura, pois a pluralidade cultural do mundo em que vivemos e que se manifesta, de forma impetuosa, em todos os espaços sociais, inclusive nas escolas e nas salas de aula, é inegável. Tal pluralidade frequentemente acarreta confrontos e conflitos, tornando cada vez mais agudos os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação. No entanto, essa mesma pluralidade pode propiciar o enriquecimento e a renovação das possibilidades de atuação pedagógica.



O conhecimento escolar é um dos elementos centrais do currículo e sua aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser apreendidos, criticados e reconstruídos por todos os alunos do país. Daí a necessidade de um ensino ativo e efetivo, com um professor comprometido, que conheça bem, escolha, organize e trabalhe os conhecimentos a serem aprendidos pelos alunos. Assim, justifica-se a importância de selecionarmos, para inclusão no currículo, conhecimentos relevantes e significativos. Assumimos a concepção de relevância, como o potencial que o currículo possui de tornar as pessoas capazes de compreender o papel que devem ter na mudança de seus contextos imediatos e da sociedade em geral, bem como de ajudá-las a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessárias para que isso aconteça. Relevância, nesse sentido, sugere conhecimentos e experiências que corroborem na formação de sujeitos autônomos, críticos e criativos que se sintam capazes de analisar como as coisas passaram a ser o que são e como fazer para mudá-las.

Nessa perspectiva, o currículo constitui um dispositivo em que se concentram as relações entre a sociedade e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídos e os conhecimentos escolares.

Por fim, o currículo e seus componentes constituem um conjunto articulado e normalizado de saberes, definido por uma determinada ordem, onde se produzem significados sobre as coisas e seres do mundo. Dessa forma, torna-se fundante além das discussões sobre o currículo, que os profissionais da educação se debruçam sobre as discussões e reflexões sobre uma política cultural

❖ **INTERDISCIPLINARIDADE**

A partir das Competências Gerais, a BNCC propõe competências específicas que permeiam todas as áreas de conhecimento. Os objetos de conhecimentos permitem o trabalho efetivo e articulado das habilidades expressas neste documento, bem como o aprofundamento resultante das contribuições dos profissionais da educação. Nesse sentido, a interdisciplinaridade e contextualização são desafios que rompem com a lógica do conteúdo isolado.

O desafio é justamente trabalhar o currículo de forma articulada, entendendo que as habilidades são elementos constitutivos para o desenvolvimento integral dos alunos nos mais variados contextos.

Organizar o currículo na perspectiva interdisciplinar implica trabalhar os conhecimentos de forma articulada, possibilitando diálogos com outros conhecimentos. Dessa forma, o reconhecimento dos pontos de ligação entre os conhecimentos faz parte da prática pedagógica em sala



de aula, possibilitando a superação do saber fragmentado. É um trabalho que precisa ser pensado a partir dos contextos escolares, em que os sujeitos envolvidos no processo possam explicar, compreender, intervir, mudar algo que desafie o pensamento isolado das disciplinas.

No contexto escolar, a interdisciplinaridade é a capacidade de utilizar diferentes conhecimentos para resolver um fenômeno apresentado (social, político, cultural, ambiental, entre outros). É importante sublinhar que a interdisciplinaridade pressupõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação ou um plano de intervenção.

Nesta perspectiva, o professor é compreendido como mediador e orientador com o objetivo de possibilitar aos alunos a aprendizagem dos conhecimentos relacionados. O professor desempenha papel fundamental na organização de atividades e na formulação de situações que propiciem aos alunos oportunidades de compreensão das aprendizagens significativas. Esses movimentos interdisciplinares acontecem a partir da abertura e expansão de fronteiras do conhecimento.

Assim, a interdisciplinaridade pode ser entendida pela seguinte tríade: interlocução de saberes em detrimento dos conhecimentos fragmentados; aproximação na apropriação dos conhecimentos pelos professores e alunos; e intensidade das aproximações dos conhecimentos num mesmo projeto.

❖ AVALIAÇÃO

Ao abordarmos questões pertinentes ao currículo, e este compreendido não como conteúdos prontos a serem passados aos alunos, mas sim, como uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas e, sobretudo entendendo que os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade. Cabe pautarmos algumas reflexões acerca da avaliação que envolve legitimidade técnica e legitimidade política na sua realização.

É a formação profissional do sujeito que ocupa o papel de quem avalia, que confere legitimidade técnica à avaliação. Esse sujeito precisa estabelecer e respeitar princípios e critérios refletidos coletivamente, referenciados no projeto político pedagógico, na proposta curricular e em suas convicções acerca do papel social que desempenha a educação escolar. E é aqui que se demarca a legitimidade política do processo de avaliação, pois envolve o coletivo da escola.



Assumimos aqui, o entendimento de avaliação como algo inerente aos processos cotidianos e de aprendizagem, onde todos os sujeitos desses processos estão envolvidos. Não podendo a avaliação ser compreendida como algo à parte, isolado, já que tem subjacente uma concepção de educação e uma estratégia pedagógica.

Vale destacar, que nossas práticas, são engendradas nas concepções, representações e sentidos, ou seja, repletas de ações que fazem parte de nossa cultura, de nossas crenças, e expressam um “certo modo” de ver o mundo. Esse “certo modo” de ver o mundo, que está imbricado na ação do professor, traz para nossas práticas reflexos de nossa cultura e de nossas experiências, que ainda estão impregnados pela lógica da classificação e da seleção, no que tange à avaliação escolar.

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para redirecionar o planejamento a fim de contemplar e garantir o desenvolvimento das competências pelos alunos. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro.

A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Este processo inclui outras ações que implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do aluno, como no sentido de uma apreciação final ao longo do processo, com o objetivo de reorientá-lo.

Se entendermos que os alunos aprendem de variadas formas, em tempos nem sempre tão homogêneos, a partir de diferentes vivências pessoais e experiências anteriores e, junto a isso, se entendermos que o papel da escola deva ser o de incluir, de promover crescimento, de desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida a fora, de socializar experiências, de perpetuar e construir cultura, devemos entender a avaliação como promotora desses princípios, portanto, seu papel não deve ser o de classificar e selecionar os alunos, mas sim o de auxiliar professores e alunos a compreender de forma mais organizada seus processos de ensinar e aprender. Essa perspectiva exige uma prática avaliativa que não deve ser concebida como algo distinto do processo de aprendizagem.

O foco da avaliação é fornecer informações acerca das ações de aprendizagem, ela diz respeito à construção da autonomia por parte do aluno, na medida em que lhe é solicitado um papel ativo em seu processo de aprender. Ou seja, a avaliação precisa ser um processo que ocorre



concomitantemente ao processo de aprendizagem, numa perspectiva interacionista e dialógica, atribuindo ao aluno, e não apenas ao professor, a responsabilização por seus avanços e suas necessidades, trazendo ainda transparência ao processo avaliativo.

❖ **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIONAIS**

A Constituição Federal, em especial nos Art. 3º inciso IV, Art. 210 § 2º, Art. 215 § 1º, Art. 216 V § 5º e Art. 231; na Constituição Estadual, prioritariamente nos Art. 221, Art. 264 e Art. 265, traz em seu texto os deveres da República Federativa do Brasil enquanto Estado Laico e combatente de toda forma de discriminação ou preconceito, no intuito de promoção de uma educação antirracista e antidiscriminatória em todo o seu território. As Lei 10.639/ 03, e a 11.645/08 que alteraram a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, introduzindo os artigos 26-A e 79-B, determinando a inclusão da temática: História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas, no currículo das Escolas Públicas e Privadas. E ainda, o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04 do Conselho Nacional de Educação, bem como a Resolução 267/09 do Conselho Estadual de Educação, que estabelecem normas a serem observadas para cumprimento da referida Lei nos Sistemas de Ensino.

Nesta mesma direção, o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei Nº13.005 de 25/06/2014 e Plano Estadual de Educação - PEE Lei Nº 14.705, de 25/06/2015, assim como o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/17, vêm na lógica de estabelecer orientações acerca das obrigações e competências administrativas e metodológicas da aplicabilidade do conteúdo descrito nas referidas normativas legais.

O ensino-aprendizagem voltado apenas para a absorção de conhecimento e que tem sido objeto de preocupação constante de quem ensina deverá dar lugar ao ensinar a pensar, saber comunicar-se e pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo; enfim, ser socialmente competente, aceitando que a igualdade está apenas no campo dos direitos e que o exercício da diferença deve ser entendido enquanto prática de alteridade e do reconhecimento da equidade enquanto possibilidade de tratamento.

❖ **TEMAS CONTEMPORÂNEOS**

O compromisso com a construção do sujeito integral implica, necessariamente, uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que são incorporadas como Temas Transversais como questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Educação Alimentar e Nutricional, da Saúde e



da Orientação Sexual e as Transformações da Tecnologia no Século XXI. Esses, entre outros que constituam a formação integral dos sujeitos, corroborando com as premissas dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Tais temáticas precisam ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que garante a transversalidade. O desafio que se apresenta para as escolas é justamente a amplitude do trabalho pedagógico com foco nas problemáticas sociais que o contexto escolar apresenta.

Este documento não tem a intencionalidade de conceituar cada um dos temas apresentados, mas traz a pauta que a inclusão de questões sociais no contexto escolar não é uma preocupação inédita e precisa ser transversal ao currículo, contemplando sua complexidade e sua dinâmica. Assim, o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e, inclusive, outros temas podem ser incluídos.

Os temas contemporâneos, por tratarem de questões sociais, têm natureza diferente das áreas. Sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para abordá-los. Ao contrário, tais problemáticas atravessam os diferentes campos do conhecimento. É no contexto escolar que a integração, a extensão e a profundidade do trabalho podem acontecer em diferentes projetos pedagógicos. Isso se efetiva mediante a organização didática eleita pela escola de acordo com as prioridades e relevâncias locais.

Nesse sentido, a proposta de transversalidade aos temas contemporâneos traz a necessidade de diálogos em que a escola assuma reflexões e que atue de forma a garantir a perspectiva político-social no direcionamento do trabalho pedagógico.

As inclusões dessas temáticas implicam necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, possibilitando a articulação das competências gerais da BNCC, das competências das áreas do conhecimento e das habilidades apresentadas na extensão deste documento.

Na prática pedagógica, a interdisciplinaridade e a transversalidade estão intimamente ligadas, pois as questões trazidas pelos temas contemporâneos são articuladas entre os objetos de conhecimento. Dessa forma, não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade em uma perspectiva disciplinar rígida. Tanto a transversalidade quanto a interdisciplinaridade promovem uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, afastando as dicotomias.

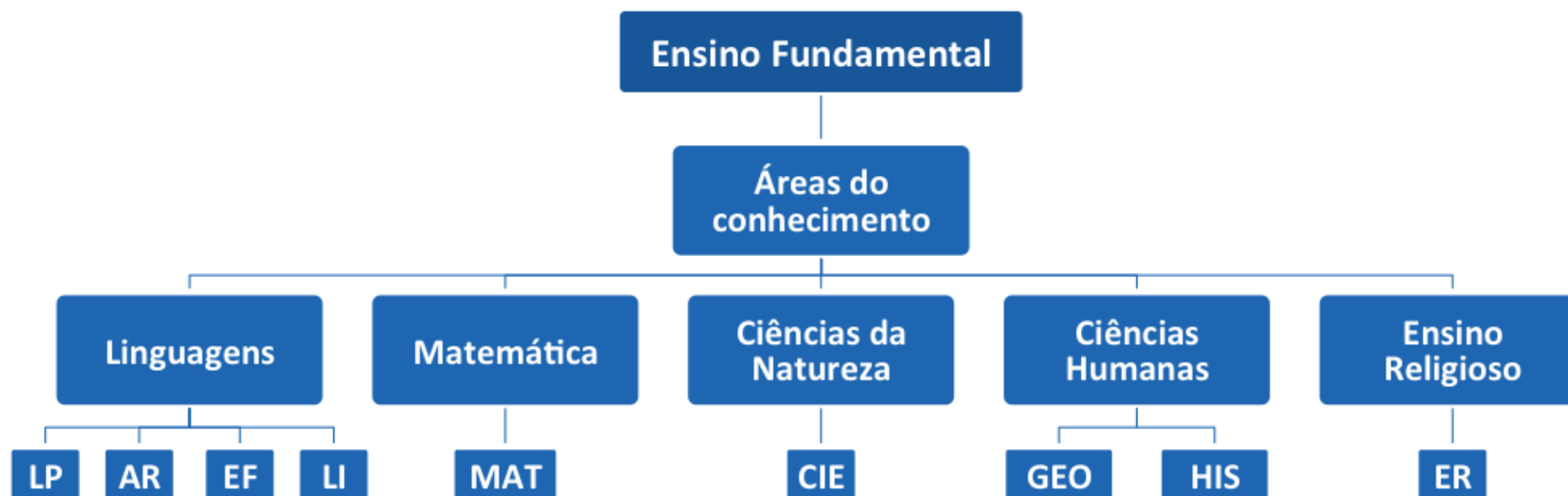
A análise detalhada desses documentos resultou em acrescentar conteúdos relacionados ao território em diversas áreas do conhecimento e componentes curriculares, ressaltando que em determinadas áreas ou componentes curriculares, optou-se por trabalhar os conteúdos do



Referencial Curricular Gaúcho, visto que se encontra bastante amplo contemplando habilidades e competências que devem ser desenvolvidas na referida etapa de escolaridade, podendo-se fazer relações com o território.

A seguir mencionamos a ementa de cada área do conhecimento, bem como a competência geral de cada componente curricular e as habilidades a serem trabalhadas considerando as especificidades locais e marcas de subjetividade e pertencimento de nosso território.

❖ ORGANIZAÇÃO CURRICULAR





BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer no 20, de 11 de novembro de 2009. Revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bncc

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília, 1994a

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1999.

Brasília, 2009. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP no 15/17. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Referencial Curricular Gaúcho. Porto Alegre, Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, 2018. V1